

Data: 19 / 04 / 01

Fl. ( 49 )

----- (29) 2. Processo em nome de FÁBIO ANDRÉ DA SILVA PATO, pessoa singular n.º 222.491.337, com residência na Rua da Tildevesa, n.º 48, freguesia do Castelo da Maia, concelho da Maia, registado sob o n.º 239/19, em 28 de janeiro, com vista ao disposto no n.º 8 do artigo 27.º do RJUE e ao deferimento do projeto de arquitetura sujeito às condições impostas na informação técnica PI:377/19,4, que se anexa por fotocópia.-----

----- O Presidente da Câmara Municipal, Senhor Eng.º António Domingos da Silva Tiago, exarou despacho que se transcreve: “À Câmara”.-----

----- À Câmara para deliberação.-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar com vista ao disposto no n.º 8 do artigo 27.º do RJUE e ao deferimento do projeto de arquitetura sujeito às condições impostas na informação técnica.-----

Data: 19 / 04 / 01

Fl. ( 50 )

----- (29) 3. Processo em nome de ANTÓNIO JOAQUIM MOUTINHO FERREIRA SÁ, pessoa singular n.º 179.241.176, com residência na Rua do Bairro, n.º 74, freguesia de Lavra, concelho de Matosinhos, registado sob o n.º 2838/18, em 9 de janeiro, com vista ao disposto no n.º 8 do artigo 27.º do RJUE e ao deferimento do pedido de arquitetura, sujeito às condições impostas na informação técnica PI:100/19,6, que se anexa por fotocópia.-----

----- O Presidente da Câmara Municipal, Senhor Eng.º António Domingos da Silva Tiago, exarou despacho que se transcreve: “À Câmara”.-----

----- À Câmara para deliberação.-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar com vista ao disposto no n.º 8 do artigo 27.º do RJUE e ao deferimento do projeto de arquitetura sujeito às condições impostas na informação técnica.-----

Data: 19 / 04 / 01

Fl. ( 51 )

----- (29) 4. Processo em nome de ANTÓNIO CARLOS PEREIRA DA FONSECA SANTOS, pessoa singular n.º 136.412.408, com residência na Rua Manuel Felisberto Marques Oliveira Júnior, n.º 224, freguesia da Cidade da Maia, concelho da Maia, registado sob o n.º 2501/11, em 23 de maio, com vista ao disposto no n.º 8 do artigo 27.º do RJUE, referente ao aditamento com alterações, sujeito ao regime de Comunicação Prévia, registado sob o n.º 1255/13, em 30 de abril.-----

----- A Divisão de Gestão Urbana, emitiu informação técnica constante de fls. 471, 471 verso, do processo supra mencionado, a qual se anexa por fotocópia.-

----- O Presidente da Câmara Municipal, Senhor Eng.º António Domingos da Silva Tiago, exarou despacho que se transcreve: “À Câmara.”.-----

----- À Câmara para deliberação.-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar com vista ao disposto no n.º 8 do artigo 27.º do RJUE, referente ao aditamento com alterações.-----

Data: 19 / 04 / 01

Fl. ( 52 )

----- (29) 5. Requerimento em nome de SEI-SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, SA., pessoa coletiva n.º 503797966, com sede na Rua do Ouro, n.º 998 e 1008, 5º direito, entrada 2, freguesia Lordelo do Ouro, concelho do Porto, registado sob o n.º 5075/18, em 25 de outubro, solicitando a receção provisória das obras de urbanização para o qual foi emitido o alvará de licença n.º 90/18, integrado no processo registado sob o n.º 866/17, em 10 de março.-----

-----A Comissão de Vistorias nomeada para o efeito, emitiu Auto de Vistoria PI:5075/18,4 do processo supramencionado, que se anexa por fotocópia.-----

----- O Presidente da Câmara Municipal, Senhor Eng.º António Domingos da Silva Tiago, exarou despacho que se transcreve: “À Câmara.”.-----

----- À Câmara para deliberação. -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o auto de receção provisória.-----



Data: 19 / 04 / 01

Fl. ( 53 )

PONTO N. 30

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DES-  
MATAÇÃO, LIMPEZA E ABATE DE  
ÁRVORES EM TERRENOS FLORES-  
TAIS PRIVADOS E FAIXAS DE GESTÃO  
DE COMBUSTÍVEL DA REDE VIÁRIA  
NO CONCELHO DA MAIA.**

-----Presente a informação elaborada pela Chefe de Divisão de Finanças e Património, Dra. Albertina Moreira, com o registo n.º 30 202/18, através da qual remete, para aprovação, e pelos motivos invocados na mesma, a prorrogação do prazo contratual da prestação de serviços acima mencionada, a qual deverá retroagir os seus efeitos a um de janeiro de 2019.-----

-----Mais informa que os serviços municipais competentes (Divisão do Ambiente) deverão providenciar o lançamento ao mercado de um concurso público para a aquisição dos serviços mencionados, pelo prazo máximo de três anos, com produção de efeitos a um de janeiro de 2020.-----

-----Pelo Senhor Presidente da Câmara, Eng.º António Domingos da Silva Tiago, foi exarado o seguinte despacho: “*Visto. Concordo. À Câmara para aprovação*”.-----

-----À Câmara para deliberação.-----

-----A Senhora Vereadora Sandra Vasconcelos Lameiras interveio, afirmando que reiterava a opinião de achar muito importante que, nas próximas contratações, se pedissem os certificados de formação, os certificados dos cursos que davam habilitação às pessoas para fazerem o abate de árvores, assim como para a utilização de motosserras, entre outras coisas, porque considerava isto fulcral, para que não existissem acidentes de trabalho.-----

Data: 19 / 04 / 01

Fl. ( 53.1 )

-----A Senhora Vereadora Marta Peneda interveio, afirmando que depois de a vereadora Sandra Lameiras ter levantado esta questão numa reunião anterior, aquelas preocupações foram um dos requisitos que tinham sido implementados nas futuras contratações.-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a presente informação.-----

Data: 19 / 04 / 01

Fl. ( 54 )

**PONTO N. 31**

**PEDIDO DE EMISSÃO DE PARECER FAVORÁVEL POR PARTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA À DECLARAÇÃO DA DOMUSLIDADOR – CASA DO PROFESSOR DA MAIA COMO INSTITUIÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA.**

-----Presente o parecer elaborado pelo Técnico Superior, Dr. Pedro Magalhães, registado sob o n.º 9008/19, no qual e face ao exposto, nos termos, a Utilidade Pública da DOMUSLIDADOR – Casa do Professor da Maia à inegável, e considerando que preenche os requisitos previstos no Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de novembro, diploma que prevê o regime jurídico que regula o reconhecimento das pessoas coletivas de utilidade pública, alterado pelo Decreto-Lei n.º 391/2007 de 13 de dezembro, informa que a Utilidade Pública da Associação DOMUSLIDADOR – Casa do Professor da Maia, está, pois, em condições de ser declarada.-----

-----À Câmara para deliberação.-----

-----A Senhora Vereadora Paula Romão interveio, afirmando que gostariam de pedir o adiamento deste ponto, porque consideravam não ter informação suficiente e detalhada, para que de facto pudessem avaliar a possibilidade de ser concedido o estatuto, porque o Decreto-Lei n.º 391/2007, de 13 de dezembro, estipulava detalhadamente quais eram as condições para a atribuição desse estatuto.-----

-----Mais acrescentou a Senhora Vereadora, que teve a oportunidade de consultar a documentação em análise, e esta não dizia quais eram as atividades que tinham sido feitas por aquela Instituição, assim como pela análise do site da mesma, se verificava que em 2019 tinha apenas uma atividade, que em 2018 tinha apenas duas, e também ali era dito que eram 162 associados, quando o concelho da Maia tinha 1214 professores, o que correspondia a cerca de 13,3% dos professores da Maia.-----



Data: 19 / 04 / 01

Fl. ( 54.1 )

-----Também no site verificou que sete dos 14 professores que faziam parte da direção, pertenciam ao mesmo agrupamento, que era o do Castelo da Maia, e que vários eram reformados.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara decidiu que, tal como era solicitado pelos Senhores Vereadores da Coligação “Um Novo Começo”, o ponto ficava então adiado para uma melhor análise.-----

-----A Senhora Vereadora Helena Pedroso interveio, afirmando que já esteve na Confederação Nacional de Associações de Pais, e que a determinada altura havia essa questão do estatuto de utilidade pública, e que esta questão trazia benefícios fiscais à instituição que pedia esse estatuto, e que por isso mesmo a Autarquia deveria dar um parecer muito responsável, no pedido de atribuição de estatuto de utilidade pública.---

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, ADIAR a apreciação do presente assunto.-----



Data: 19 / 04 / 01

Fl. ( 55 )

PONTO N. 32.

**CRIAÇÃO DA REDE MAIA QUALIFIC@.**

-----Presente a proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eng.º António Domingos da Silva Tiago, pela Senhora Vereadora do Pelouro da Educação e Ciência, Dra. Emília de Fátima Moreira Santos, e pelo Senhor Vereador do Pelouro da Economia, Dr. Paulo Fernando de Sousa Ramalho, registada sob o n.º 13184/19, na qual propõem que a Câmara Municipal delibere a criação da Rede “Maia Qualific@”, visando o planeamento estratégico da qualificação escolar e profissional, em articulação com os diferentes agentes que contribuem para o desenvolvimento local. Uma parceria entre a Câmara Municipal da Maia, o Centro de Emprego da Maia, os Centros Qualifica, todas as Entidades de Educação e Formação e as Entidades/Instituições com responsabilidade social do concelho da Maia, conforme carta de compromisso e normativo em anexos I e II, respetivamente.-----

-----À Câmara para deliberação.-----

-----A Senhora Vereadora Sandra Vasconcelos Lameiras interveio, afirmando que esteve a ler atentamente a informação que lhes tinha sido disponibilizada e que lhe parecia que ali faltava uma instituição muito relevante que era o ISMAI, perguntando assim se foi por lapso ou se o ISMAI não quis aderir, solicitando assim o ponto de situação relativamente a isto.-----

-----A Senhora Vereadora Emília Santos interveio, afirmando que só existiam mais dois Concelhos com a Rede Qualifica, que eram o de Santa Maria da Feira e o de Gondomar, e que direcionaram a criação desta rede para a formação de cursos de aprendizagem ao longo da vida, principalmente, para tentar fazer com que as pessoas que não tivessem qualificações, ou fracas qualificações ou qualificações desajustadas à nossa economia e tecido empresarial, pudessem ter a oportunidade de o fazerem através destes cursos de aprendizagem ao longo da vida.-----

Data: 19 / 04 / 01

Fl. ( 55.1 )

-----Mais acrescentou a Senhora Vereadora que só existiam dois centros qualifica no Concelho, e que o grande objetivo desta proposta era o de ajustar as necessidades ou a oferta às necessidades do tecido empresarial do Concelho, sendo o principal parceiro a Associação Empresarial da Maia.-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta.-----

Data: 19 / 04 / 01

Fl. ( 56 )

PONTO N. 33

**RUI LUÍS MATOS COELHO SOLICITA REDUÇÃO DE 50% NO VALOR DAS TAXAS DE ATERRAGEM/DESCOLAGEM DE AERONAVE CS-AVV PIPER PA-38.**

----- Presente a informação elaborada pelo Técnico António Moreira, do Departamento de Finanças e Património, registada com o n.º 45 820/18, na qual e pelos motivos explanados na mesma, informa que, nestes termos, é de deferir o pedido de redução de 50% no valor das taxas de aterragem/descolagem, com base nos preceitos regulamentares enunciados na mesma.-----

----- À Câmara para deliberação.-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a presente informação. -----



Data: 19 / 04 / 01

Fl. ( 57 )

PONTO N. 34

**PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS DA  
COMISSÃO FABRIQUEIRA DA FREGUE-  
SIA DE SANTA MARIA DE SILVA ESCU-  
RA, PARA EVENTO RELIGIOSO.**

-----Presente a informação elaborada pela Assis-  
tente Técnica, Ana Matos, do Departamento de Finanças e Património, registada com o n.º  
11113/19, na qual informa que, tendo o presente requerimento apresentado pela Comissão  
Fabriqueira da Freguesia de Santa Maria de Silva Escuro, 502 859 601, que se anexa, no qual  
solicita a isenção do pagamento de todas as taxas inerentes à realização das Festas Religiosas  
em Honra de Santo António, a realizar do dia 08 a 16 de junho do corrente ano, informa o  
seguinte:-----

-----O Regulamento de Liquidação e Cobrança de  
Taxas e Outras Receitas Municipais e Respetiva Tabela em vigor neste Município desde  
02/01/2019 prevê no quadro XXXIV do Capítulo III, a realização de espetáculos desportivos  
e divertimentos públicos nas vias (...), sendo para o efeito devido o pagamento dos valores  
de 40,72 Euros e 31,71 Euros, pela “Taxa pela apreciação do processo com vista a obtenção  
de Licença” e “Emissão de licença”. No quadro XCIII do capítulo XVIII, do mesmo Regu-  
lamento estabelece que às interrupções e condicionamento de trânsito são devidas o paga-  
mento das taxas de apreciação de processo e emissão de licença de 5,84 Euros e 22,50 Euros,  
respetivamente.-----

-----O mesmo regulamento prevê ainda no quadro  
XLIV do capítulo IV, que a emissão de Licenças Especiais de Ruído implica o pagamento de  
123,31€, sendo 90,69€, pela “taxa pela apreciação do processo com vista a obtenção de  
Licença” e 32,62€, atinente à “Emissão de Licença”, perfazendo um total de taxas no valor de  
224,08€.-----



Data: 19 / 04 / 01

Fl. ( 58 )

-----No entanto a alínea c) do artigo 6.º secção II do mesmo Regulamento dispõe, que estão isentas do pagamento de taxas desde que disso façam prova “as pessoas constituídas na ordem jurídica canónica estão isentas do pagamento de taxas relativamente aos factos ou atos direta e imediatamente destinados à prossecução de fins e atividades de carater religioso”.-----

-----Nestes termos, e salvo melhor opinião, a requerente encontra-se isenta do pagamento das taxas associadas ao pedido, uma vez que se enquadra nas entidades acima mencionadas, e os eventos a realizar ter implícitas atividades de carater religiosas.-----

-----Mais informa que de acordo com a redação atual do n.º 9 do artigo 16.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e demais Entidades Intermunicipais o reconhecimento direito à isenção relativa a impostos ou outros tributos próprios é da competência da Câmara Municipal.-----

-----À Câmara para deliberação.-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a isenção de taxas.-----

Data: 19 / 04 / 01

Fl. ( 59 )

**PONTO N. 35**

**PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS DA  
CONFRARIA TROTAMONTES, CLUBE  
DESPORTIVO, RELATIVAS À OCUPA-  
ÇÃO DA VIA PÚBLICA E INTERRU-  
ÇÃO/CONDICIONAMENTO DE TRÂNSI-  
TO PARA A REALIZAÇÃO DE PROVAS  
DESPORTIVAS.**-----

-----Presente a informação elaborada pela Assis-  
tente Técnica, Ana Matos, do Departamento de Finanças e Património, registada com o n.º  
6375/19, na qual informa que, tendo o presente requerimento apresentado pela Confraria Tro-  
tamontes, Clube Desportivo, 507 985 583, que se anexa, no qual solicita a isenção do paga-  
mento de taxas relativas à ocupação da via pública e interrupções e condicionamento de trânsi-  
to, com a realização dos eventos “ Trail Terras do Lidador By Day”, a realizar nos dias 19  
de abril e 10 de novembro do corrente ano, respetivamente, informa o seguinte:-----

-----O Regulamento de Liquidação e Cobrança de  
Taxas e Outras Receitas Municipais e Respetiva Tabela em vigor neste Município desde  
02/01/2019 prevê no quadro XXXIV do Capítulo III, a realização de espetáculos desportivos  
e divertimentos públicos nas vias (...), sendo para o efeito devido o pagamento dos valores  
de 40,72 Euros e 31,71 Euros, pela “Taxa pela apreciação do processo com vista a obtenção  
de Licença” e “Emissão de licença”. No quadro XCIII do capítulo XVIII, do mesmo Regu-  
lamento estabelece que às interrupções e condicionamento de trânsito são devidas o paga-  
mento das taxas de apreciação de processo e emissão de licença de 5,84 Euros e 22,50 Euros,  
respetivamente, perfazendo assim um total de taxas no valor de 100,77€.-----

-----Na alínea b) do artigo 6.º e o n.º 1 do artigo  
7.º do referido Regulamento, referem que as pessoas coletivas de utilidade pública adminis-  
trativa, as instituições particulares de solidariedade social, as associações ou fundações cultu-  
rais, sociais, religiosas ou recreativas, desde que lhes sido concedida isenção ou redução de



Data: 19 / 04 / 01

Fl. ( 60 )

IRC, pelo Ministério das Finanças, poderão ser isentas do pagamento de taxas, relativamente aos atos e fatos que se destinem à direta e imediata realização dos seus fins estatutários ou que se destinem à prossecução de atividades de interesse público municipal.-----

-----Não apresentando a associação em causa os documentos exigidos pelos artigos 6.º e 7.º, comprovando ter-lhe sido concedida a isenção do IRC, pelo Ministério das Finanças, nem podendo ser considerada a ação a realizar de interesse público municipal, não pode a isenção ser concedida ao abrigo destes artigos.-----

-----No entanto o n.º 3 do artigo 7.º dispõe que “as associações e fundações desportivas, culturais e recreativas sem fins lucrativos, legalmente constituídas, beneficiam da isenção do pagamento das taxas devidas pelos licenciamentos e autorizações exigíveis para a realização de iniciativas e eventos integrados no âmbito das suas finalidades estatutárias “, sendo esta uma associação sem fins lucrativos (ver doc. Anexo da Seg. Social), e tendo em conta o artigo 3.º dos seus estatutos que, referem, ter por finalidade o desenvolvimento da prática desportiva e cultural dos seus associados, penso que e salvo melhor opinião deverá ser concedida a isenção, pois a atividade a realizar enquadra-se nos mesmos.-----

-----Refere ainda a alínea v) n.º 1 do artigo 16.º da mesma Lei, que é da competência da Junta de Freguesia apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para a freguesia.-----

-----Refira-se ainda, que estes eventos desportivos estão incluídos no Plano de Atividades do Pelouro de Desporto desta Câmara Municipal, para o presente ano, conforme doc. anexos.-----

-----Mais informa que de acordo com a redação atual do n.º 9 do artigo 16.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e demais Entidades Intermunicipais o reconhecimento direito à isenção relativa a impostos ou outros tributos próprios é da competência da Câmara Municipal.-----

-----À Câmara para deliberação.-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a isenção de taxas.-----

Data: 19 / 04 / 01

Fl. ( 61 )

**PONTO N. 36**

**PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS DA  
JUNTA DE FREGUESIA DE MILHEIRÓS,  
RELATIVAS À OCUPAÇÃO DA VIA  
PÚBLICA COM UMA CAMINHADA  
SOLIDÁRIA.**

-----Presente a informação elaborada pela Assistente Técnica, Ana Matos, do Departamento de Finanças e Património, registada com o n.º 10947/19, na qual informa que, tendo o presente requerimento apresentado pela Junta de Freguesia de Milheirós, 506 953 319, que se anexa, no qual solicita a isenção do pagamento de taxas relativas à ocupação da via pública, com a realização de uma Caminhada Solidária a favor da Liga Portuguesa Contra o Cancro, informa o seguinte:-----

-----O Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Outras Receitas Municipais e Respetiva Tabela em vigor neste Município desde 02/01/2019 prevê no quadro XXXIV do Capítulo III, a realização de espetáculos desportivos e divertimentos públicos nas vias (...), sendo para o efeito devido o pagamento dos valores de 40,72 Euros e 31,71 Euros, pela “Taxa pela apreciação do processo com vista a obtenção de Licença” e “Emissão de licença”. No quadro XCIII do capítulo XVIII, do mesmo Regulamento estabelece que às interrupções e condicionamento de trânsito são devidas o pagamento das taxas de apreciação de processo e emissão de licença de 5,84 Euros e 22,50 Euros, respetivamente.-----

-----No entanto o n.º 4 do artigo 7.º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Outras receitas Municipais dispõe que “estão isentas do pagamento de taxas as Freguesias e as empresas capitais exclusivamente municipais instituídas pelo Município da Maia, relativamente aos atos e factos decorrentes da prossecução dos seus fins constantes dos respetivos estatutos, diretamente relacionados com os poderes delegados pelo Município”.-----



Data: 19 / 04 / 01

Fl. ( 62 )



-----Nos termos do artigo 7.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, constituem atribuições da freguesia a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com o município, dispondo as freguesias de atribuições no âmbito da Cultura, tempos livres e desporto.-----

-----Refere ainda a alínea v) n.º 1 do artigo 16.º da mesma Lei, que é da competência da Junta de Freguesia apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para a freguesia.-----

-----Face ao exposto e salvo melhor opinião, parece que o evento em questão se insere nas referidas competências, nomeadamente no apoio de atividades de natureza social, como é a luta contra o cancro.-----

-----Mais informa que de acordo com a redação atual do n.º 9 do artigo 16.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e demais Entidades Intermunicipais o reconhecimento direito à isenção relativa a impostos ou outros tributos próprios é da competência da Câmara Municipal.-----

-----À Câmara para deliberação.-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a isenção de taxas.-----

Data: 19 / 04 / 01

Fl. ( 63 )

PONTO N. 37

**PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS DA  
FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE  
SÃO MARTINHO DE BARCA RELATIVAS  
A OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA COM  
EVENTO RELIGIOSO.**

-----Presente a informação elaborada pela Assistente Técnica, Ana Matos, do Departamento de Finanças e Património, registada com o n.º 9636/19, na qual informa que, tendo o presente requerimento apresentado pela Fábrica da Igreja Paroquial de São Martinho de Barca, 501 905 464, que se anexa, no qual solicita a isenção do pagamento de taxas relativas à ocupação da via pública e interrupção e condicionamento de trânsito, com a realização da Procissão do Enterro do Senhor, integrada nas Festividades Pascais, a realizar no dia 19 do próximo mês de Abril, informa o seguinte:-----

-----O Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Outras Receitas Municipais e Respetiva Tabela em vigor neste Município desde 02/01/2019 prevê no quadro XXXIV do Capítulo III, a realização de espetáculos desportivos e divertimentos públicos nas vias (...), sendo para o efeito devido o pagamento dos valores de 40,72 Euros e 31,71 Euros, pela “Taxa pela apreciação do processo com vista a obtenção de Licença” e “Emissão de licença”. No quadro XCIII do capítulo XVIII, do mesmo Regulamento estabelece que às interrupções e condicionamento de trânsito são devidas o pagamento das taxas de apreciação de processo e emissão de licença de 5,84 Euros e 22,50 Euros, respetivamente perfazendo um total de taxas no valor de 100,77 Euros;-----

-----No entanto a alínea c) do artigo 6.º Secção II, do mesmo Regulamento dispõe que estão isentas do pagamento de taxas desde que disso façam prova “ as pessoas constituídas na ordem jurídica canónica estão isentas do pagamento de taxas relativamente aos factos ou atos direta e imediatamente destinados à prossecução de fins e atividades de carácter religioso”.-----

Data: 19 / 04 / 01

Fl. ( 64 )

-----Nestes termos, e salvo melhor opinião, a requerente encontra-se isenta do pagamento das taxas associadas ao pedido, uma vez que se enquadra nas entidades acima mencionadas, e o evento a realizar ter implícitas atividades de carácter religiosas.-----

-----Mais informa que de acordo com a redação atual do n.º 9 do artigo 16.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e demais Entidades Intermunicipais o reconhecimento direito à isenção relativa a impostos ou outros tributos próprios é da competência da Câmara Municipal.-----

-----À Câmara para deliberação.-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a isenção de taxas.-----



Data: 19 / 04 / 01

Fl. ( 65 )

**PONTO N.º 38**

**APROVAÇÃO DAS ATAS DAS REUNIÕES**  
**CAMARÁRIAS REALIZADAS EM 18 E 22**  
**DE MARÇO DE 2019.**

-----Presente, para aprovação, as atas das reuniões realizadas em 18 e 22 de março, de acordo com o n.º 1 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----À Câmara para deliberação.-----

-----A Câmara deliberou:-----

- aprovar a ata de 18 de março, por maioria, esta em consequência do impedimento legal previsto no n.º 3 do art.º 34.º do Código do Procedimento Administrativo das Senhoras Vereadoras, Dra. Helena do Céu Nascimento Pedroso e Dra. Susana Maria Pereira Junqueira Pacheco Neto;-----

- aprovar a ata de 22 de março, por maioria, esta em consequência do impedimento legal previsto no n.º 3 do art.º 34.º do Código do Procedimento Administrativo das Senhoras Vereadoras, Dra. Helena do Céu Nascimento Pedroso e Dra. Susana Maria Pereira Junqueira Pacheco Neto;-----

-----Mais deliberou a Câmara Municipal proceder às alterações propostas pela Senhora Vereadora, Eng.ª Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras.-



Data: 19 / 04 / 01

Fl. ( 66 )

PONTO N.º 39

**ABERTURA DE CONCURSOS INTERNOS  
PARA MUDANÇA DE GRAU DA CARREIRA  
DE ESPECIALISTA DE INFORMÁTICA E DE  
TÉCNICO DE INFORMÁTICA.**-----

-----Presente a proposta subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente, Eng.º António Domingos da Silva Tiago, e pela Senhora Vereadora do Pelouro dos Recursos Humanos, Dra. Ana Miguel Vieira de Carvalho, na qual propõem que a Câmara Municipal delibere autorizar a abertura dos seguintes procedimentos:-----

**1 – Concursos internos de acesso limitado da carreira de Especialista de Informática:---**

Ref.ª Ei-A: Grau 3, Nível 1-----

Postos de trabalho: 1-----

Ref.ª Ei-B: Grau 2, Nível 1-----

Postos de trabalho: 5-----

**2 – Concursos internos de acesso limitado da carreira de Técnico de Informática:-----**

Ref.ª Ei-A: Grau 3, Nível 1-----

Postos de trabalho: 1-----

Ref.ª Ti-D: Grau 2, Nível 1-----

Postos de trabalho: 1-----

-----À Câmara para deliberação.-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta.-----

Data: 19 / 04 / 01

Fl. ( 67 )

**PONTO N. 40**

**PROGRAMA ESCOLHAS – 7.ª GERAÇÃO – PROJETO BUÉ D'ESCOLHAS E7G.**-----

-----Presente a proposta subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal da Maia, Eng.º António Domingos da Silva Tiago, e pela Senhora Vereadora do Pelouro da Habitação, Desenvolvimento Social e Bem-Estar, Dra. Ana Miguel Vieira de Carvalho, registada sob o n.º 7949/19, na qual propõem que a Câmara Municipal delibere no sentido da presente proposta e ratifique o Protocolo de Cooperação relativo ao Projeto Bué d'Escolhas – E7G, a implementar nas freguesias de Águas Santas e Pedrouços, no âmbito do Programa Escolhas 7.ª Geração, em que a Câmara Municipal da Maia é a Entidade Promotora e a Santa Casa da Misericórdia da Maia é a Entidade Executora.-----

-----À Câmara para deliberação.-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o Protocolo de Cooperação relativo ao Projeto Bué d'Escolhas – E7G.-----

Data: 19 / 04 / 01

Fl. ( 68 )

**PONTO N.º 41**

**MAIA – DESEMPREGO REGISTRADO NO  
CONCELHO – DEZEMBRO 2019 .-----**

-----Presente, para conhecimento, o mail registado sob  
o n.º 10 625/19, de Filipe Gonçalves, do Maia Go, através do qual envia resumo síntese do  
desemprego registado no concelho da Maia, no mês de dezembro de 2019. -----

-----A Câmara tomou conhecimento. -----

Data: 19 / 04 / 01

Fl. ( 69 )

PONTO N.º 42

MAIA GO – DINÂMICA EMPRESARI-  
AL FEVEREIRO 2019.-----

----- Presente, para conhecimento, o mail através  
do qual envia resumo da dinâmica empresarial registada na Maia, durante o mês de feverei-  
ro de 2019.-----

----- A Câmara tomou conhecimento.-----



Data: 19 / 04 / 01

Fl. ( 70 )

PONTO N.º 43

**SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E  
SANEAMENTO DA MAIA – RELATÓRIO DE  
EXECUÇÃO DO PLANO DE PREVENÇÃO DE  
RISCOS DE GESTÃO, INCLUINDO OS DE  
CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS –  
2018.**-----

-----Presente o ofício emanado dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia, registado sob o n.º 13 085/19, no qual remete para conhecimento o “Relatório de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas – 2018” aprovado pelo Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados da Maia, na reunião que teve lugar no dia 18 de março, que junto se anexa.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----